



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº. 019/2019

Processo nº 2019.103.000040-0-PR
Data: 07/10/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 64 Rubrica:
Processo Nº	

Pregão Presencial SRP nº 019/2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº. 019/2019

Comissão Permanente de	Fls.: 68
Processo Nº	Rubrica: [assinatura]

Processo nº 2019.103.000040-0-PR

Data: 07/10/2019

Processo nº. 2019.103.000040-0-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro, Telefones nº (22) 98175-0911 / 98175-2073, será realizada a licitação na modalidade Pregão Presencial sob a forma de Registro de Preços, cujo Edital recebeu o nº 019/2019, para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 065, de 16/02/05, pelo Decreto Municipal 342, de 16/11/2006, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às 15h (quinze horas) do dia 24 de outubro de 2019, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I

1.4.2- Minuta de Contrato- Anexo II

1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III

1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV

1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação -Anexo V

1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI

1.4.7- Minuta de Ata de Registro de Preços - Anexo VII

1.4.8- Termo de Referência - Anexo VIII



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº. 019/2019

Comissão	Fls: 69
Assinatura	Assinatura

Processo nº 2019.103.000040-0-PR

Data: 07/10/2019

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para realização do PROJETO CINEMA ITINERANTE, com a apresentação de sessões itinerantes de cinema para alunos da rede pública municipal de ensino, conforme descrito nos Anexos I e VIII deste Edital.

2.2- A quantidade é estimativa máxima para contratação, em conformidade com a legislação em vigor. A PMCG não está obrigada a contratar a quantidade total estimada, possibilitando a contratação integral, parcial ou mesmo a NÃO contratação.

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Prefeitura ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, em original ou cópia autenticada, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº. 019/2019

PROCESSO	Fis.: 70

Processo nº 2019.103.000040-0-PR

Data: 07/10/2019

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;

b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, esta com firma reconhecida, em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº. 019/2019

Comissão	Fls.: 71
Autenticado	Rubrica: (assinatura)

Processo nº 2019.103.000040-0-PR

Data: 07/10/2019

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas, de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, INTEGRALMENTE, as



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº. 019/2019

Comissão Permanente	Fls. 42
Processo nº 2019.103.000040-0-PR	Data: 07/10/2019

Processo nº 2019.103.000040-0-PR

Data: 07/10/2019

especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

6.7- A licitante vencedora deverá apresentar planilha discriminada com os valores dos itens descritos no item 4 do Termo de Referência.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO".

7.2- Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

7.3- As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido no subitem 4.3, deverão encaminhar cópia autenticada do Ato Constitutivo da licitante (Contrato Social, Estatuto Social ou instrumento equivalente) e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, com firma reconhecida, bem como a Declaração de Enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI (conforme o caso), em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de um dos dois primeiros acarretará no



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº. 019/2019

Comissão	Fis.: 73
Presidente	Assinatura
Relatório	

Processo nº 2019.103.000040-0-PR

Data: 07/10/2019

impedimento da empresa em participar do certame; ao passo que o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a(s) referida(s) declaração(ões), poderá preenchê-la(s) de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº. 019/2019

Comissão	Fls.: 74
Permanente	Rubrica: [assinatura]
Licitação	
Processo Nº	

Processo nº 2019.103.000040-0-PR
Data: 07/10/2019

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

7.14- No caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme segue:

7.14.1 - Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

7.14.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

7.14.2.1 - A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar 123.

7.14.3 - Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.

7.14.4 - Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço global**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 16.1.**

7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº. 019/2019

Comissão	Fis.: 45
Licitação	130

Processo nº 2019.103.000040-0-PR

Data: 07/10/2019

7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta ou de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.

7.19.1 Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

7.19.2 Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.20- Ocorrendo a hipótese do **subitem 7.19**, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.22- Após o resultado classificatório correspondente e a homologação, o preço será registrado no Sistema de Registro de Preços da PMCG, cujo resumo será publicado na imprensa oficial, para ciência dos interessados e efeitos legais.

7.23- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios contratuais, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema do Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

7.24- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.25- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº. 019/2019

Comissão	Fis.: 46
Licitação	Rubrica: [assinatura]

Processo nº 2019.103.000040-0-PR

Data: 07/10/2019

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, (Certidão Negativa de Débitos - CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.2.8- CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº. 019/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 47
Processo Nº	760

Processo nº 2019.103.000040-0-PR
Data: 07/10/2019

quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.10- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.11- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.12- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.13 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.13.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.13.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo subitem 7.19.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº. 019/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 10
	Rubrica: [assinatura]

Processo nº 2019.103.000040-0-PR

Data: 07/10/2019

a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);

b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;

c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;

d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, em por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal nº 8.768/17.

8.3.1.2- O balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

8.3.2- Na hipótese em que não seja possível verificar com clareza os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do exigível a longo prazo (ELP), do exigível total (ET) e do ativo total (AT), o balanço a que se refere o subitem 8.3.1 deverá vir acompanhado de demonstrativo elaborado em papel timbrado da licitante, assinado pelo contabilista regularmente habilitado e por seu representante legal, em que estejam devidamente informados os valores supramencionados, de modo a possibilitar avaliar-se a situação financeira da proponente, com os índices abaixo já calculados, a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

8.3.2.1- Índice de Liquidez Geral

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

8.3.2.2- Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = AC / PC$$

8.3.2.3- Grau de Endividamento Geral

$$GEG = ET / AT$$

Onde:

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

RLP = Realizável a Longo Prazo;

ELP = Exigível a Longo Prazo;

ET = Exigível Total;

AT = Ativo Total.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº. 019/2019

Processo	Fls.
	79
	82

Processo nº 2019.103.000040-0-PR

Data: 07/10/2019

8.3.3- Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem as seguintes condições:

8.3.3.1- Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$

8.3.3.2- Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$

8.3.3.3- Grau de Endividamento Geral $\leq 1,00$

8.3.4- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final ofertado pela licitante vencedora.

8.3.5- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.5.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.6.

8.3.6- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.6.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.5 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - A qualificação técnica deverá ser apresentada pela empresa licitante conforme as exigências do ITEM 12 DO TERMO DE REFERÊNCIA (anexo VIII do edital).

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da PMCG, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do item 8.1 na fase de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACÁZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº. 019/2019

Comissão	Fls.
	80
	82

Processo nº 2019.103.000040-0-PR
Data: 07/10/2019

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao Pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1- O prazo para apresentação de recursos começará a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, na forma do subitem 8.2.13 deste edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.



10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso nos serviços, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6- Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa correrá pelos códigos 1.12.122.0095.2378.0000, 1.12.361.0046.2372.0000 e 1.12.361.0046.2706.0000 relativo ao Programa de Trabalho e pela Natureza de Despesa 339039.

12- DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1.1- A empresa vencedora, quando da solicitação de início dos serviços, deverá retirar a Nota de Empenho no prazo de 03 (três) dias a contar da comunicação efetivada pelo setor de licitações e contratos;

12.1.2- A empresa deverá, obrigatoriamente, iniciar a prestação dos serviços definidos no respectivo contrato no prazo de até 07 (sete) dias após o recebimento da Ordem Formal de Execução e/ou da Nota de Empenho, de acordo com o item 6 do Termo de Referência (Anexo VIII), sob pena das sanções legais cabíveis.

12.1.3- Durante a vigência da Ata de registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

12.1.4- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

12.1.5- Em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da comunicação escrita do contratado, a que se refere a alínea anterior.



Comissão	Fls.: 82
de	Rubrica:
Licitação	

12.2- LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.2.1- O licitante vencedor desta licitação terá que executar o que lhe for adjudicado, conforme estabelecido no Termo de Referência, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

12.3- REGIME DE EXECUÇÃO

12.3.1- O objeto desta licitação, se contratado, será executado sob a forma indireta, no regime de empreitada por preço unitário.

13- DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação, a PMCG convocará o fornecedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes a assinatura da Ata de Registro de Preços, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

13.1.1 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

13.1.2 - Para assinar a Ata de Registro de Preços, o Representante Legal da empresa deverá apresentar procuração, e/ou contrato social e cédula de identificação;

13.1.3 - O compromisso de prestação dos serviços será formalizado mediante assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.

13.2 - Na assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.3 - Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado outro licitante (sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais), desde que respeitada a ordem de classificação. Neste caso, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, o convocado deverá assinar a Ata de Registro de Preços.

13.4 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo fixado no subitem 13.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as sanções legais cabíveis.

13.5 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº. 019/2019

Comissão	Fls.: 83
Processo	019

Processo nº 2019.103.000040-0-PR

Data: 07/10/2019

13.6 - A empresa que tenha seu preço registrado obrigará-se a cumprir as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração.

14- DA CONTRATAÇÃO

14.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo **03 (três) dias úteis**, contados da convocação da PMCG para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

14.1.1 - A cada quantitativo solicitado será formalizado um contrato, que deverá obedecer ao disposto no subitem anterior.

15- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

15.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

15.2 - As solicitações de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 10 às 17 horas de segunda a sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o email cpl@campos.rj.gov.br

15.3- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, OBRIGATORIAMENTE, protocoladas no endereço supracitado.

16- DO VALOR

16.1- Estima-se o valor total desta licitação em R\$ 832.000,00 (oitocentos e trinta e dois mil reais).

17- DO PAGAMENTO

17.1- Pelos serviços objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a CONTRATANTE pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, até 30 dias após a prestação dos serviços.

17.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, através do Protocolo Geral.

17.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância aos dados contidos na(s) respectiva(s) Nota(s) de Empenho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº. 019/2019

Comissão	Fls.: 84
Assinatura	Assinatura

Processo nº 2019.103.000040-0-PR
Data: 07/10/2019

17.4- O pagamento da parcela será efetuado pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, até 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes.

17.5- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 17.4 e, desde que o atraso decorra de culpa da **CONTRATANTE**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

17.6- O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 17.5, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao Ilustríssimo Senhor Secretário Municipal de Gestão Pública.

17.7- Caso a **CONTRATANTE** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

17.8- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **CONTRATANTE** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

17.8.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 17.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 17.5;

17.9- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

18- DO REAJUSTAMENTO

18.1 - O preço ofertado na licitação será fixo e irrevogável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

19.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº. 019/2019

Comissão	Fis.: 85
Publicação	Publicação

Processo nº 2019.103.000040-0-PR

Data: 07/10/2019

19.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

19.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

19.7- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

19.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 07 de outubro de 2019.

Jarbas da Fonseca Carneiro Júnior
Pregoeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº. 019/2019

Licitação	Fls.: 86
Pregão	86

Processo nº 2019.103.000040-0-PR

Data: 07/10/2019

Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO (Conforme especificações do item 4 Termo de Referência)	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMOS (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMOS (R\$)
1	Sessão de cinema com capacidade de até 1.000 espectadores, em sistema de projeção em tela inflável;	Diária/ Eventos	40		
Preço unitário por extenso:					
Preço total por extenso:					

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 019/2019, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre os serviços.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº. 019/2019, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos, inclusive das especificações que constam no Termo de Referência elaborado pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de ____ de 2019.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo



Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
E A EMPRESA _____.

O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, com sede na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes, RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº 29.116.894/0001-61, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Ilustríssimo Senhor Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte, _____, nos termos do Decreto Municipal nº 365/2009 e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo seu _____, portador do documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2019**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei nº. 8.883/94, no Decreto Municipal nº 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo nº 2019.103.000040-0-PR, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a contratação de empresa especializada para realização do **PROJETO CINEMA ITINERANTE**, com a apresentação de sessões itinerantes de cinema para alunos da rede pública municipal de ensino, conforme descrito nos Anexos I e VIII do edital e, em especial, na Nota de Empenho nº ____/201__.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº. 019/2019

Processo nº	88
Valor	R\$
Valor unitário	
Valor total	

Processo nº 2019.103.000040-0-PR

Data: 07/10/2019

- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº 2019.103.000040-0-PR e em tudo o mais que se relacione com os serviços objeto deste CONTRATO, desde que não acarrete ônus para o CONTRATANTE ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste CONTRATO, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do CONTRATO, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº 019/2019.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste CONTRATO;
- II) prestar os serviços nos locais e prazos indicados pela CONTRATANTE;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o CONTRATANTE pelos serviços;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações;
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).



Item	89
Valor	R\$ 132

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ ____ (____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após a execução do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____ (_____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente nos Programas de Trabalho P.T. 1.12.122.0095.2378.0000, 1.12.361.0046.2372.0000 e 1.12.361.0046.2706.0000 e pela Natureza de Despesa N.D. 339039, com cobertura através da Nota Empenho nº _____ de _____.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável.

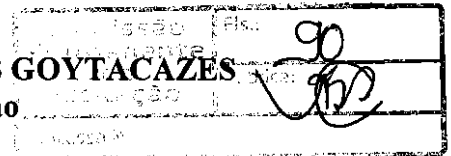
CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total dos serviços, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.



CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei nº. 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficarão o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo total para a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será de ____ (____) dias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº. 019/2019

Processo nº 2019.103.000040-0-PR
Data: 07/10/2019

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**, ou da entrega da Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 019/2019, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA** e respectivos anexos do processo administrativo nº 2019.103.000040-0-PR que fazem parte integrantes desta avença como se transcritos fossem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2019.

Contratante:

Município de Campos dos Goytacazes

Contratada:

Testemunhas:



Processo	Fls.
	92
Assinatura	

Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo)

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a), portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF sob o nº, a participar da Licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, na modalidade **PREGÃO nº 019/2019**, suprarreferenciada, na qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes, de de 2019.

Representante legal da empresa com firma reconhecida e
carimbo da licitante



Processo	Fis. 93
Licitação	Rubrica: [assinatura]

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 019/2019

.....
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Em de de 2019.

.....
Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº. 019/2019

Comissão Permanente	Fls.: 94
Assinatura: [assinatura]	

Processo nº 2019.103.000040-0-PR
Data: 07/10/2019

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

.....,
(nome da empresa)
CNPJ ou CIC nº....., declara, sob as penas da Lei e em
cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os
requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO N° 019/2019**.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2019.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante



Anexo VI - Declaração de Enquadramento de ME ou EPP

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 019/2019

.....(razão social do
licitante) com endereço na

.....
inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, declarar que cumpre os requisitos legais para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida Lei Complementar, sendo considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

Em de de 2019.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante



Assão	Fis.: 96
Publica:	130

ANEXO VII - Minuta de Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ VINCULADA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019

Ao _____ dia do mês de _____ de dois mil e _____, o **MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**, inscrito no CNPJ nº 29.116.894/0001-61, com sede na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes, RJ, institui Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do art. 15 de Lei Federal nº 8.666/93; da Lei 10.520/02; Decreto Municipal nº 065/05, Decreto Municipal nº 342/06, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009 e as demais normas legais aplicáveis, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 019/2019, para futura e eventual contratação de empresa especializada para realização do PROJETO CINEMA ITINERANTE, com a apresentação de sessões itinerantes de cinema para alunos da rede pública municipal de ensino, pelo Sistema de Registro de Preços, com Registro de Ata com validade de 12 (doze) meses, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Processo nº 2019.103.000040-0-PR, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, obedecendo às condições descritas no edital correspondente e seus Anexos, conforme segue:

1. O(s) preço(s), a(s) quantidade(s) e as especificações do(s) material(ais) registrados nesta Ata, encontram-se indicados abaixo:

Exemplo:

Empresa:
CNPJ: _____ Telefone/Fax: _____
Endereço:
Contato:

Nº Item	Descrição do Serviço	Quantidade	Unidade	Marca	Valor

- 1.1 No anexo I do instrumento convocatório, são apresentados os quantitativos estimados, os quais serão contratados de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, mediante a convocação para a assinatura do contrato.

- 1.2 As quantidades dos serviços que vierem a ser adquiridas serão definidas no respectivo contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº. 019/2019

Processo	Fls.: 97
Assinatura	130

Processo nº 2019.103.000040-0-PR
Data: 07/10/2019

- 1.3 A execução dos serviços deverá ser realizada conforme item 6 do Termo de Referência, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes (Anexo VIII do edital).
- 1.4 Os equipamentos utilizados deverão conter especificações das características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, cor, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações que se fizerem necessárias para o perfeito manuseio e transporte dos mesmos.
- 1.5 A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, os equipamentos que vierem a ser recusados na prestação dos serviços.
- 1.6 As responsabilidades e obrigações da Contratada deverão obedecer ao disposto no Edital e seus Anexos, sobretudo no Termo de Referência (Anexo VIII).
- 1.7 O pagamento será conforme disposto no item 17 do edital, estando ciente que na ocasião será verificada a situação da empresa quanto à regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 1.8 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para os serviços pretendidos, assegurado ao detentor do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.
- 1.9 A presente Ata tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

A empresa _____, detentora do registro assume o compromisso de executar o objeto, na forma e quantidade máxima especificada no edital, durante o prazo de validade da Ata do Sistema de Registro de Preços.

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir os conflitos que possam ocorrer no presente compromisso.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2019.

Município de Campos dos Goytacazes

Empresa

Testemunhas: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº. 019/2019

Comissão	Fis.: 98
Presidente	Assinatura: [assinatura]
Assessor	

Processo nº 2019.103.000040-0-PR
Data: 07/10/2019

ANEXO VIII - TERMO DE REFERÊNCIA



PREFEITURA DE

CAMPOSSECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02

TERMO DE REFERÊNCIA

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 99
Processo N°	Rúbrica: [assinatura]

1 - INTRODUÇÃO

Em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 65, de 16/02/2005, ao disposto no Decreto Municipal nº 342 de 02/12/2006 e como o acréscimo do Decreto Municipal nº 15 de 09/01/2009, e com o intuito de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, elaboramos o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, sejam registrados os preços para futura e eventual contratação de serviços e equipamentos para a realização do PROJETO CINEMA ITINERANTE.

2 – OBJETO E JUSTIFICATIVA

Constitui o objeto do presente Termo de Referência à contratação de serviços e equipamentos para a realização do PROJETO CINEMA ITINERANTE com apresentação de sessões itinerantes de cinema para alunos da rede pública municipal de ensino, visando a sensibilizar a comunidade discente sob a ótica cultural, gerando um novo olhar diante da imagem e da discussão dos direitos humanos por meio do audiovisual, estimulando o exercício da cidadania ativa através da linguagem do cinema digital e da animação.

3 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

3.1 - O licitante, antes da apresentação de sua Proposta Comercial deverá tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações que assumirá se contratado, pois não lhe será admitido alegar posteriormente, o desconhecimento de informações ou condições locais para justificar atrasos ou inexecução de obrigações contratuais.

3.2 - Será adotado como critério de julgamento das propostas o **Menor Preço Global**, desde que cumpra todos os requisitos para habilitação.

3.3 – Em caso de eventual contratação, o objeto deste Termo terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação da Ata de Registro de Preço.



PREFEITURA DE

CAMPOSSECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**4 – ESPECIFICAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	DIÁRIA/ EVENTOS
1	02 (dois) Geradores com abafador de ruído, 10 CV, 04 tempos, monocilíndrico, eixo horizontal, sistema ignição CDA, filtro de ar seco, refrigeração a ar, cilindradas 418 cc, sistema de partida elétrica, potência máxima 5,5 KW, potência nominal 5,0 KW, tensão saída (trifásica) 115 V, tensão saída (monofásica) 220 V, frequência 60 Hz, carregador de bateria 12 V-8, 3A, capacidade tanque de combustível 12,5L, motor a diesel, autonomia (50% carga) 5,3 horas, nível de ruído [dB(A)@7m] 79 dB(A) e dimensões com 77 x 58 x 67 cm.	40
2	01 (um) Sistema de home (sonorização), conjunto formado por 08 (oito) caixas ativas com amplificadores internos, com gabinete moldado em plástico super-resistente na cor preta, com 08 (seis) pedestais na cor preta, 08 (oito) jogos de cabos com 40 metros de extensão cada e incluindo mesa de som.	40
3	01 (uma) Tela de projeção inflável proporção 16:9 com 11 metros por 08 metros de moldura externa e com altura e área de projeção de 07 metros de largura e 04 metros de altura.	40
4	01 (uma) House Mix em tecido de poliéster revestido com PVC, com 4 colunas/arcs, seguindo layout apropriado, com reforços e alças de fixação dos estais/cinta de nylon, para ser utilizada e inflada por meio de conjunto moto ventiladora (220 volts, monofásico) devidamente instalada em seu interior e com dimensões de 03 metros de comprimento X 2,50 metros largura X 3,5 metros de altura.	40
5	02 (dois) Balões decorativos de no mínimo 1,5m de diâmetro cada, do tipo ROOF-TOP, em tecido de nylon industrial resinado, com 04 colunas/arcs, seguindo layout apropriado, reforços e alças de fixação dos estais/cinta de nylon, para ser utilizado e inflado por meio de conjunto moto ventilador (220volts, monofásico) devidamente instalado em seu interior e com projeção de lançamento a 04 metros de altura, medindo proporcionalmente as demais dimensões.	40
6	1.000 (um mil) Cadeiras encapadas em tecido, tipo bistrô (sem braço), modelo ametista na cor branca, homologadas pelo INMETRO, com capacidade de carga de até 120 kg.	40
7	01 (um) Projetor - Sistema de projeção: hieh – apenture 3-chip, 3lcd technology, 2.304.000 pixel, 3 lcds color brichtmes (color autput), 7000 lumes White brichtimes (White light tootput), 7800 lumes aspect ratio; nomal, dinamic mode up; to 5000; 1 color reproduction; 16.7 milhões de cores, video ktdmi; até 1080p, sdi; até 576i hd- sdi até 1080p size (protected distance); 60"- 5000.	40



Os serviços do presente Termo serão prestados nos seguintes locais:

4.1- O Projeto Cinema Itinerante será realizado para a rede pública no prazo de 12 (doze) meses a contar da publicação da Ata de Registro de Preços, conforme cronograma a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

* O projeto poderá ser executado na Rede Municipal de Ensino, ou em outros prédios/instalações públicas, ou ainda em praças e logradouros públicos. Ressaltamos que, os locais poderão ser alterados mediante a previsão do tempo e outras coisas que se fizerem necessário, porém a empresa será informada antecipadamente pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

* O Projeto Cinema Itinerante oferecerá sessões com capacidade de até 1.000 espectadores.

* Para que sejam efetuadas as exhibições deverá de contar com mão de obra qualificada e fornecimento de material:

- 02 (dois) Geradores
- 01 (um) Sistema de Home (Sonorização);
- 01 (uma) Tela de Projeção Inflável proporção 16:9 (11 metros por 8 metros como moldura externa; altura e área de projeção 7 metros de largura e 4 metros de altura);
- 01 (uma) House Mix (Dimensões: 3 metros de comprimento por 2,5 metros e 3,50 metros de altura);
- 02 (dois) Balões de Propaganda;
- 1.000 (um mil) Cadeiras;
- 01 (um) Projetor - Sistema de projeção: hieh – aperture 3-chip, 3lcd tecnologia, 2.304.000 pixel, 3 lcds color brichtmes (color autput), 7000 lumes White brichtmes (White light tootput), 7800 lumes aspect ratio; nomal, dinamic mode up; to 5000; 1 color reproduction; 16.7 milhões de cores, video ktdmi; até 1080p, sdi; até 576i hd- sdi até 1080p size (protected distance); 60"-5000".

4.2. A empresa vencedora será responsável por todo transporte próprio para deslocamento do equipamento, ficando sob sua responsabilidade apenas de cuidar da parte operacional dos equipamentos na montagem desmontagem e transporte, ficando na responsabilidade do município atendido com o projeto a decisão discricionária dos vídeos a serem apresentados com o respectivo órgão competente.

4.3. A empresa vencedora será responsável exclusiva pela alocação e dimensionamento correto dos quantitativos de homens/hora/especialidade necessários.

4.4. Todos os materiais e equipamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser de Primeira Qualidade ou Extra, entendendo-se primeira qualidade ou extra o nível de qualidade mais elevado da linha do material ou equipamento a ser utilizado, satisfazer as especificações da ABNT, do INMETRO e das demais normas pertinentes, e ainda, serem de qualidade, modelo e



PREFEITURA DE

CAMPOSSECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Comissão	Fls.: 102
Permanente	
Assinatura:	05

tipos especificados, ou nos padrões dos prédios existentes, neste memorial e devidamente aprovados pela CONTRATANTE.

4.5. Caso o material e/ou equipamento especificado nos projetos e/ou memoriais, tenham saído de linha, ou forem obsoletos, estes deverão ser substituídos pelo modelo novo, desde que comprovada sua eficiência, equivalência e atendimento às condições estabelecidas nos projetos, especificações e contrato.

4.6. É vedada a utilização de materiais e/ou equipamentos improvisados e/ou usados, em substituição aos tecnicamente indicados para o fim a que se destinam, exceto em casos em que tal solução seja a única possível para correção do problema.

4.7. Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material e/ou equipamento especificado por outro, a CONTRATADA, em tempo hábil, apresentará a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinadas do pedido.

4.8. É de responsabilidade da CONTRATADA os trâmites necessários para realização de serviços inerentes à troca ou reparo de equipamentos, peças, componentes, materiais e outros, durante o período de vigência das suas respectivas garantias.

5 - PROGRAMA DE TRABALHO E NATUREZA DE DESPESA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO: 1.12.122.0095.2378.0000;

1.12.361.0046.2372.0000;

1.12.361.0046.2706.0000;

NATUREZA DE DESPESA: 339039;

FONTE: 0215381730.

6 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

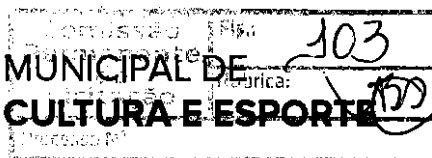
6.1. A execução dos serviços será solicitada à CONTRATADA por meio de uma ordem formal de execução e Nota de Empenho, fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

6.2. A ordem formal de execução e Nota de Empenho será encaminhada a CONTRATADA, com as seguintes descrições:

DATA: dia ou período da exibição;

QUANTIDADE: número de sessões para aquela exibição;

LOCAL: local a ser exibido o filme;



6.3. A CONTRATADA deverá executar os serviços somente após o recebimento da referida ordem formal.

6.4. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte definirá o departamento competente para emissão da ordem formal e autorização da execução dos serviços.

6.5. A CONTRATADA deverá dar início à execução dos serviços discriminados na ordem formal de execução e Nota de Empenho, imediatamente após o recebimento da mesma.

6.6. Após a conclusão dos serviços discriminados na Nota de Empenho, a CONTRATADA deverá encaminhar a mesma, à CONTRATANTE, com assinatura de um servidor responsável do local atendido, comprovando que foram realizadas as exposições e sessões.

6.7. Recebido tal documento, a CONTRATANTE providenciará a verificação da execução dos serviços realizados e enviará um relatório, onde deverá constar todos os serviços efetuados, este assinado pelo responsável da CONTRATADA e CONTRATANTE para pagamento.

6.8. A CONTRATADA deverá realizar os serviços discriminados na Nota de Empenho com fidelidade a Ata de Registro de Preços, que será publicada após encerramento do certame. Não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da CONTRATANTE, à qual se compromete, desde já, submeter-se.

6.9. A CONTRATADA somente poderá executar os serviços após emissão da autorização pela CONTRATANTE.

6.10. A omissão de qualquer procedimento técnico ou normas, não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para a execução dos serviços, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados, bem como todas as normas da ABNT vigentes e legislação pertinente.

6.11. A CONTRATADA não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa, desconhecimento, incompreensão ou dúvidas das cláusulas e condições, do contrato, do edital, das especificações técnicas, das normas, especificações e métodos da ABNT e legislação aplicável.

6.12. A atuação da fiscalização pela CONTRATANTE não diminuirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne à execução dos serviços e suas implicações próximas ou remotas, em conformidade com as disposições legais aplicáveis, do contrato e das normas do Edital e Anexo.

6.13. Em caso de divergência, as condições especiais do contrato, especificações técnicas gerais e memoriais predominam. O fato, de qualquer forma, deverá ser comunicado com a devida antecedência à FISCALIZAÇÃO, para as providências e compatibilizações necessárias.

7 – FISCALIZAÇÃO

7.1 A fiscalização dos serviços ficará a cargo de 03 (três) servidores, com matrícula, que serão nomeados por indicação do Secretário de Educação, constituídos como Gestor e Fiscal do contrato gerado para a execução, publicado em D.O. do município.

7.2 A fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE não exime, nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

7.3. A CONTRATANTE poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos veículos programados para execução dos serviços e verificar o cumprimento de Normas preestabelecidas no futuro contrato.

7.4. À CONTRATANTE é reservado o direito de solicitar a imediata substituição dos veículos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas. As eventuais substituições durante o contrato deverão ser feitas no padrão equivalente ao estipulado e sem qualquer ônus adicional a CONTRATANTE.

8 – CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

8.1. Em caso de efetiva contratação, o pagamento será efetuado à CONTRATADA de acordo com as requisições, mediante apresentação da Nota Fiscal / Nota de Empenho a CONTRATANTE, desde que não haja fator impeditivo por parte da licitante adjudicada.

8.2. Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a licitante vencedora deverá anexar a cópia da **CND** obtido junto ao **INSS**, bem como do **CRF**, obtido perante o **FGTS (CEF)**, dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

8.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante adjudicada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

8.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa da fornecedora, o prazo de **30 (trinta) dias** recomeçará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

8.5. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de nota fiscal ou fatura com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado;

9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93;

9.2. Rejeitar os serviços executados que não atendam às especificações deste Termo de Referência;





PREFEITURA DE

CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Comissão Permanente	Fls.: 105
	Rubrica: 108

9.3. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

9.4. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos técnicos da contratada;

9.5. Responsabilizar-se pela observância às leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicáveis ao contrato.

9.6. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.

9.7. Processar e liquidar a fatura correspondente ao valor mensal, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovado a cada vencimento, após a emissão da Nota Fiscal.

9.8. Zelar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.

10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência, durante todo o período desta contratação.

10.2. Executar os serviços em estrita observância aos detalhamentos constantes nas Condições Específicas deste Instrumento.

10.3. Disponibilizar o serviço, quando da sua solicitação, nos horários e dias previamente acordados;

10.4. Acatar as exigências da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte quanto à execução dos serviços, de acordo com as cláusulas contratuais;

10.5. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes;

10.6. Recrutar, sob sua inteira responsabilidade, os recursos humanos necessários à perfeita execução dos serviços;

10.7. Arcar com as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, inclusive as responsabilidades decorrentes de acidentes, indenizações, substituições, seguros, assistência médica e quaisquer outros, em decorrência da sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade por parte do Município;

10.8. Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais e/ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiro, contra o Município, procedentes da prestação dos serviços;



PREFEITURA DE

CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Comissão	Fls.: 106	09
Assinatura	[Assinatura]	

10.9. Proceder à supervisão, verificação e controle de seus empregados, os quais deverão trajar-se adequadamente, orientando-os para que mantenham conduta profissional compatível, pontualidade, assiduidade, presteza e cortesia no atendimento dos serviços;

10.10. Encaminhar à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, para fins de pagamento, junto com a fatura/nota fiscal, os Relatórios de Exibição de Sessão para os respectivos atestos do Gestor e Fiscal(ais) do contrato, nomeados pela mesma.

10.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;

10.12. Disponibilizar materiais e equipamentos em perfeito estado de conservação, manutenção e limpeza, inclusive os acessórios de segurança;

10.13. Responsabilizar-se pelo desempenho de seu pessoal, podendo a Secretaria de Educação exigir a substituição de qualquer pessoa cuja atuação julgue inadequada, no prazo máximo de 1 (uma) hora;

10.14. Responsabilizar-se pela qualidade do serviço prestado, assegurando ao MUNICÍPIO o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou mandar refazer qualquer serviço em desacordo com este Termo de Referência.

10.15. Indenizar os prejuízos causados ao Município, provocados por serviços inadequados, quando evidenciada a responsabilidade do CONTRATADO, seja por sua ação ou omissão.

10.16. Reparar os danos causados ao CONTRATANTE ou a TERCEIROS por pessoas empregadas do CONTRATADO na execução dos serviços, salvo quando tratar-se de comprovado caso fortuito, força maior ou culpa exclusiva da vítima;

10.17. Adotar as providências e realizar as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, em ocorrências da espécie em que forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;

10.18. Efetuar o pagamento das multas, indenizações ou despesas impostas pelo CONTRATANTE, em decorrência do descumprimento contratual, de lei ou regulamento aplicado à espécie;

10.19. Não será permitida a subcontratação, cessão ou transferência dos serviços objeto deste contrato, salvo no serviço especificado no item abaixo (9.19.1) ou com autorização expressa do CONTRATANTE.

10.19.1. Será admitida a subcontratação, cessão ou transferência dos Serviços de Instalação de Incêndio.

10.19.2. Ainda que prevista a subcontratação dos serviços de instalação de incêndio, esta só será admitida mediante prévia autorização da CONTRATANTE e acompanhada da comprovação da qualificação técnica da empresa subcontratada.



PREFEITURA DE

CAMPOSSECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Comissão	Fis.: 107
Processo Nº	Rubrica: [assinatura]

10.19.3. A subcontratação não altera a responsabilidade da CONTRATADA, que continuará integral e solidariamente responsável perante a Administração.

10.19.4. A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pela CONTRATADA.

10.19.5. A subcontratação de serviços que exijam responsabilidade técnica, nos casos autorizados expressamente pela CONTRATANTE, somente poderá ser efetuada com profissionais ou empresas com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar.

10.20. A CONTRATADA deverá designar, por escrito no momento da contratação, preposto(s) que tenha(m) poder (es) para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato.

10.21. A CONTRATADA deverá fornecer a mão de obra adequada, na quantidade necessária à execução dos serviços, selecionando e preparando rigorosamente seus empregados.

10.22. A CONTRATADA deverá instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE.

10.23. A CONTRATADA deverá operar e agir com organização completa a execução dos serviços objeto do contrato, realizando, também, todas as atividades inerentes à direção, coordenação, fiscalização, administração e execução dos serviços, de maneira estruturada, mantendo suporte para dar atendimento a eventuais necessidades de manutenção das áreas limpas.

10.24. Os funcionários da CONTRATADA deverão estar sempre uniformizados, identificados com crachás com fotos em local visível, com EPIs adequados, dentro dos padrões de higiene e eficiência recomendáveis.

10.25. A CONTRATADA não poderá executar qualquer tipo de exibição que não seja autorizado pela CONTRATANTE.

10.26. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, bem como estar preparada para executar os primeiros socorros.

10.27. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo controle de frequência/pontualidade de seus empregados, não sendo permitida a alegação de falta de mão de obra para a inexecução dos serviços.

10.28. A CONTRATADA deverá instruir seus empregados quanto à correta execução dos serviços.



10.29. A CONTRATADA deverá manter quadro de pessoal técnico especializado em quantidade mínima suficiente para atender as demandas de serviços contínuos, objeto deste contrato.

10.30. A CONTRATADA deverá substituir, de imediato, sem ônus para a CONTRATANTE, sempre que solicitado, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.

10.31. A CONTRATADA deverá providenciar às suas expensas os seguros legalmente exigíveis e ainda aqueles que entenderem como necessários.

10.32. A CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente aos postulados legais vigentes e normas internas de segurança e medicina do trabalho.

10.33. A CONTRATADA deverá respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas técnicas e ambientalmente recomendadas, quando da realização de atividades com produtos químicos controlados, quer seja em qualidade, em quantidade ou em destinação, atividades essas de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

10.34. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da Legislação Fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da Legislação Social, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, sendo certo que os empregados da CONTRATADA não terão vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

10.35. A CONTRATADA deverá responder por todo e quaisquer ônus suportados pela CONTRATANTE, decorrente de eventual condenação trabalhista proposta por seus empregados, autorizando, desde já, a retenção dos valores correspondentes aos créditos existentes deste contrato e de outros porventura existentes entre as partes, inclusive da garantia contratual.

10.36. A CONTRATADA deverá manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação para estabelecer contrato com a Administração Pública, apresentando mensalmente junto com a nota fiscal os comprovantes de regularidade fiscal e os comprovantes de pagamentos de benefícios e encargos.

10.37. A CONTRATADA deverá dispor de equipamentos, acessórios e EPIs adequados para execução dos serviços que assim os exigirem.

10.38. A CONTRATADA deverá responder pelo transporte de todos os materiais, ferramentas, máquinas e pessoal necessários ao serviço prestado.

10.39. A CONTRATADA deverá assegurar ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações e que atentem contra sua segurança ou a de terceiros,

ressaltando que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da CONTRATANTE eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades provenientes do contrato.

10.40. A CONTRATADA deverá fornecer, quando solicitado, documento com informações das ocorrências na execução dos serviços.

10.41. Qualquer divergência e/ou dúvida deverão ser sanadas antes do início da execução dos serviços.

10.42. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo recolhimento de todas as taxas para a execução do serviço (exibição de filmes), quando exigidas pela legislação.

11 – SANÇÕES

11.1. Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de atraso injustificado na prestação dos serviços ou descumprimento de cláusulas contratuais, será aplicada multa de mora à CONTRATADA de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, ou por ocorrência do descumprimento.

11.1.1. O atraso injustificado do fornecimento dos serviços superior a 03 (três) dias, caracteriza a inexecução total do contrato.

11.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, o Município de Campos dos Goytacazes poderá nos termos do art. 89 da Lei Federal nº 8.666/93, garantindo o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

12 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1- Comprovar inscrição da empresa no Conselho Regional de Administração – CRA, bem como do respectivo responsável técnico, acompanhado da prova de regularidade (certidão atualizada da empresa e do profissional - anuidade de 2019);

12.2- Apresentação de atestado de capacidade técnica, profissional e operacional, demonstrando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em



PREFEITURA DE

CAMPOSSECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Comissão	Fila
240	13
Processo Nº	

características, quantidades e prazo do objeto descrito no presente Termo de Referência, devidamente averbado junto ao Conselho Regional de Administração (CRA);

12.3- Possuir em seu quadro técnico profissional de Administração, devidamente registrado no Conselho Regional de Administração (CRA), detentor de atestado de capacidade técnico profissional para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazo do objeto descrito no presente Termo de Referência, acompanhado de prova de certidão de regularidade profissional atualizada;

12.4- Comprovação de que o detentor do referido Atestado de Responsabilidade Técnica é vinculado à licitante deverá ser feita através de cópia de sua ficha de registro de empregado, da Certidão de Registro do CRA, do contrato particular de prestação de serviços, do contrato de trabalho por prazo determinado ou através de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e o profissional qualificado, cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do contrato, considerando-se o prazo máximo razoável para tanto;

12.5- Declaração de que consegue atender até 03 eventos simultâneos, em 03 locais diferentes, com comprovação de 03 estruturas de cinema;

12.6- Fica facultado aos fiscais da SMECE realizar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a licitação, visita na sede da empresa classificada em 1º lugar, de modo a comprovar a veracidade da declaração de que trata o subitem anterior;

12.7- A empresa deverá comprovar até a assinatura do contrato que possui profissional com formação em pedagogia, com experiência comprovada, para acompanhamento pedagógico das sessões de cinema.

13 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

13.1. Fica expressamente reconhecida a inexistência de qualquer vínculo de emprego, direto ou indireto entre o MUNICÍPIO e os executantes dos serviços ora contratados, que manterão relacionamento trabalhista e profissional, inclusive os vínculos, direitos e obrigações decorrentes, exclusivamente com a CONTRATADA.

Campos dos Goytacazes, 25 de junho de 2019.

Brand Arenari
Secretário de Educação
Matrícula 38561

BRAND ARENARI
MATRÍCULA: 38.561

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE